

# Apresentação

## Memória verdade e justiça

As duas últimas décadas do século passado e o início do século XXI apresentaram novas questões para as ciências humanas especialmente para as ciências sociais. Quando a Europa do pós Segunda Guerra se dispôs a repensar sua história e criar Tribunais para recuperar a memória dos horrores dos campos de concentração julgando os crimes contra a humanidade, avançou também na proposta de transformar a educação, dando a mesma uma dimensão universal sobre os princípios da paz e dos direitos humanos, para que nunca mais a barbárie encontrasse lugar nos corações humanos. Na América Latina, bem como na Ásia, na África, e mesmo no desenvolvido hemisfério norte, as sociedades civis pressionaram os Estados a fim de recuperar sua memória, reconstituir a verdade sufocada abrindo caminhos para superação dos tempos de horror.

O Estado brasileiro, tardiamente, começa a atender os reclamos sociais por memória e verdade, porém ainda se mantém distante da dimensão da justiça. Esse processo é fundamental para o reencontro da sociedade brasileira consigo mesma, como em processos semelhantes vividos por outras nações – não só latino-americanas – cujo símbolo mais significativo é a busca por recompor o passado para, refazendo o presente, romper as correntes que envolvem o amanhã e que, muitas vezes, impedem como esfinges indecifráveis, que os pressupostos da liberdade e da igualdade se constituam como elementos fundantes da democracia política e social.

A sociedade civil tem se manifestado, desde os movimentos sociais pela redemocratização, em favor da instalação de uma Comissão da Memória, da Verdade e da Justiça, de modo a confrontar-se com seu passado como forma de resgatar sua experiência histórica, trazendo a tona o que está oculto, recompondo a vida daqueles que foram, direta ou indiretamente, atingidos pela barbárie.

São essas as razões que levaram o corpo editorial da *Ciências Sociais Unisinos* a programar um esta edição sobre o tema da Memória, Verdade e Justiça, disponibilizado-o eletronicamente para pesquisadores, professores, acadêmicos e leitores em geral.

O presente dossiê tem o propósito de construir um referencial teórico que ultrapassa questões políticas imediatas, enquanto avança sobre razões práticas e análises da condição humana. Para poder realizar esse objetivo, os artigos que compõem o número especial trazem abordagens filosóficas, psicológicas, políticas, sóciohistóricas, antropológicas e o relato de uma experiência pedagógica. Assim, os textos que o leitor irá encontrar, estão profundamente relacionados com as ciências sociais.

O artigo de Castor Ruiz – que abre o dossiê – trata da questão da Memória e de seus desmembramentos como lembrança técnica de fatos abstratos (mnemese), ou ainda como instrumentalização social da memória dos vencedores. O autor destaca, também, que é através da memória “compreendida como amnamese que as vítimas podem resgatar a justiça acontecida a fim de questionar o presente reclamando a justiça devida”.

O artigo de Marcelo Baquero argumenta que a forma como se estrutura uma cultura política, pode significar, “o tipo de memória política que os cidadãos constroem e sua postura em relação aos assuntos políticos”, definindo desse modo, os limites da democracia de cada sociedade.

Limites que para Solon Viola e Thiago Pires, foram rompidos em 1964, quando da ruptura com a jovem democracia que então vigorava no país. A partir dessa ruptura foram construídos os instrumentos coercitivos que permitiram o surgimento do terror do Estado e os crimes contra a humanidade, crimes cometidos em nome da Segurança Nacional e de sua Doutrina, muito próxima da Guerra Fria.

Para Nadir Lara Junior, o período histórico da Doutrina de Segurança Nacional trouxe consigo um tempo de opressão e da Verdade implantando uma “fantasia ideológica durante a ditadura militar no Brasil, assim como a construção discursiva contemporânea que coloca esse regime como ‘ditabranda’”.

O artigo de Roberta Baggio retoma o tema da Verdade através da experiência de uma política pública, feita pelo Ministério da Justiça do Brasil através da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, através do projeto Marcas da Memória, que se dedica à promoção de iniciativas culturais da sociedade civil que tenham como meta a ampliação do acesso ao direito à memória e à verdade.

O artigo de Diego Airoso da Motta recupera a temática da memória através das abordagens feitas por três das revistas semanais brasileiras destacando a forma pela qual cada editoria se compromete com o tema da Memória da verdade e da justiça e as críticas por elas feitas ao terceiro Plano Nacional de Direitos Humanos, muitas vezes desconhecendo as experiências latino-americanas e mundiais sobre o tema. Experiência analisada com profundidade no artigo assinado por Rodrigo Gonzáles e Rodrigo

Lentz que recupera a necessidade de superar o esquecimento pois "Enquanto o passado de violência não é traumaticamente superado a tendência é que a dor e o sofrimento gerados pelo trauma sigam a se repetir".

O dossiê se completa com dois textos, um pedagógico e outro antropológico, comprometidos com o avanço do tema da Verdade e da Justiça. A educadora Alicia Cabezudo analisa a experiência educativa argentina em busca de direitos humanos e paz através do resgate "particularmente importante de la investigación y el estudio de todas aquellas situaciones de emergencia que crea su omisión o falencia, realidad habitual en América latina, aún en regímenes democráticos".

Ao analisar a experiência da recuperação da memória da longa Guerra Civil Espanhola e da, ainda mais longa ditadura Franquista, Francisco Ferrándiz destaca a importância do conceito transnacional dos Direitos Humanos na promoção e na recuperação da memória na medida em que o debate sobre a recuperação da verdade e da justiça se torna universal, ganha sofisticação teórica e passa a ter dimensão jurídica.

Na seção Entrevista, Jair Krischke, fundador e atual presidente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, referência latino-americana no tema, analisa a criação da Comissão Brasileira de Memória e Verdade, comparando-a com as experiências latino-americanas. Evidencia as dificuldades que se interpõem no caminho da Comissão, critica a ausência da dimensão da Justiça e salienta a importância do papel a ser exercido pelas ações da sociedade civil e do movimento social para que a Comissão exerça sua função de consolidar a democracia recolocando "os demônios no lugar de onde nunca deveriam ter saído".

Para finalizar, gostaríamos de agradecer aos professores e teóricos que disponibilizaram suas produções para publicação, a equipe editorial da *Ciências Sociais Unisinos* e todos os envolvidos, direta ou indiretamente, no processo que culminou com a edição deste número. Esperamos assim contribuir para que a *Ciências Sociais Unisinos* continue no caminho de referência para os debates de nosso tempo nos campos social e acadêmico.

Solon Eduardo Annes Viola  
Thiago Vieira Pires

Compõem ainda esta edição da *Ciências Sociais Unisinos* o texto *Iconologias e Idolatrias Pós-Modernas*, gentilmente cedido por Michel Mafesolli, com tradução e apresentação de Eduardo Portanova Barros e a resenha elaborada por Rochele Fellini Fachinetto do livro *Categorias Jurídicas e violência sexual: uma negociação com múltiplos atores* de Miriam Steffen Vieira.

José Luiz Bica de Mélo  
Editor em exercício